

O TRABALHO DO PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA PROPOSTA DE PLANEJAMENTO COLABORATIVO

Beatriz dos Santos de Souza ¹

Rose Clér Estivaleta Beche ²

RESUMO

A inclusão das crianças com deficiências nas Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, tem exigido reflexões acerca da sua efetivação, entre estas destaca-se a atuação de dois professores simultaneamente no mesmo grupo, bem como, a portaria 28/2025 que altera a exigência de formação do profissional de apoio. No espaço da educação infantil entende-se trabalho colaborativo, como docência compartilhada entre os profissionais do grupo de atuação. Esta pesquisa objetiva elucidar como o trabalho colaborativo entre os profissionais de atuação dos grupos com crianças com deficiência, tem promovido a inclusão e o apoio necessário às suas necessidades específicas. Apesar das garantias legais asseguradas à pessoa com deficiência, questionamos se, efetivamente, nas práticas vivenciadas nas Unidades de Educação Infantil públicas, este direito tem sido suficiente para a inclusão destas crianças? Este estudo caracteriza-se em uma perspectiva qualitativa tendo como técnica a pesquisa bibliográfica. Como base teórica utilizamos o Modelo Social da Deficiência e autores como Jan W. Valle e David J. Connor são, entre outros, orientadores das análises. Os resultados preliminares apontam que, apesar dos avanços das pesquisas na área, da presença da Lei de Inclusão e dos investimentos realizados na formação dos professores, o trabalho colaborativo pouco tem sido abordado e, menos ainda, efetivado no contexto da educação infantil. Assim, espera-se que este estudo contribua para uma construção coletiva e colaborativa entre todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão, buscando encontrar estratégias que diminuam e eliminem as barreiras de acesso à aprendizagem e possa apoiar o processo de formação de professores trazendo o trabalho colaborativo como caminho para a inclusão almejada.

Palavras-chave: Educação Infantil, ensino colaborativo, formação de professores, inclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um dos maiores desafios enfrentados pelas políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) representa um marco legal ao assegurar o direito à educação em igualdade de condições, reforçando o papel do Estado e da sociedade na

¹ Mestranda do Curso Profissional em Educação Inclusiva em Rede – PROFEI/CEAD/UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina, SC, beatriz.santosouza.udesc.t5@gmail.com;

² Professor orientador: Doutora Rose Clér Estivaleta Beche. Universidade do Estado de Santa Catarina - PROFEI/CEAD/UDESC, SC. Rcler.beche@gmail.com;



eliminação de barreiras que historicamente excluíram crianças e jovens com deficiência do convívio escolar.

No contexto da Educação Infantil, esse desafio torna-se ainda mais significativo, pois se trata da primeira etapa da educação básica, marcada pela socialização, construção da identidade e pelas experiências fundantes do desenvolvimento humano. Neste contexto, a presença da criança com deficiência nesse espaço não pode restringir-se ao acesso físico, mas deve traduzir-se em vivências pedagógicas significativas que respeitem suas especificidades e garantam a participação plena.

Na Rede Municipal de Florianópolis, a publicação da Portaria nº 28/2025, que redefine as exigências de formação para profissionais de apoio, e a adoção de estratégias como a docência em pares (dois professores em sala) sinalizam esforços institucionais para fortalecer a inclusão. No entanto, a efetividade dessas medidas ainda demanda

Segundo Buss e Giacomazzo (2019) de acordo com a Lei nº 17.143, de 15 de análise crítica. maio de 2017, é de responsabilidade do segundo professor planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular dos anos iniciais, propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas, tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos, assim como, participar de capacitações na área de educação. (BUSS; GIACOMAZZO, 2019, p.661)

Para as autoras a colaboração refere-se a um efetivo trabalho coletivo, para além da presença física. Visto que, no espaço da educação Infantil, o entendimento de trabalho colaborativo aproxima-se da docência compartilhada, onde o professor do ensino comum compartilha com a equipe de atuação em drive, o planejamento. Esta equipe constitui-se pelo professor do ensino comum, o professor auxiliar, e o apoio da educação especial e o auxiliar de sala os planejamentos a serem desenvolvidos. No entanto, a dinâmica desta proposta não assegura a colaboração e os avanços no âmbito da inclusão, tanto na presença da lei quanto ao incentivo da formação dos profissionais, visto que, a forma como se compreende o ensino colaborativo vem apresentado-se insuficiente para assegurar os avanços necessários aos processos inclusivos, pois a compreensão do trabalho coletivo exige posturas compatíveis com responsabilidades



Nesse sentido, este artigo tem como objetivo elucidar como o trabalho colaborativo entre os profissionais de atuação dos grupos com crianças com deficiência, tem promovido a inclusão e o apoio necessário às suas necessidades específicas, a partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, orientada pelo **Modelo Social da Deficiência**.

A pesquisa se insere no campo da abordagem qualitativa, que, segundo Bogdan e Biklen (1994), busca compreender a realidade a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos e das interações em contextos específicos. Trata-se de uma perspectiva que privilegia a compreensão do processo sobre os resultados imediatos, sendo, portanto, adequada para o estudo proposto.

Neste estudo, o procedimento adotado envolveu a análise de Legislações nacionais e locais relacionadas à inclusão escolar, bem como produções de autores que discutem o Modelo Social da Deficiência. Nesta esteira, as contribuições de autores como Valle e Connor (2014), Mantoan (2003), Carneiro (2012), Silva; Lopes e Quadros (2023), Buss e Giacomazzo (2019), Santos e Lopes (2020), entre outros, fundamentam a análise sobre práticas inclusivas e colaborativas, alicerçando as reflexões produzidas.

Este caminho metodológico oportunizou a compreensão de que a inclusão não pode ser isolada, exigindo articulação entre práticas pedagógicas, políticas públicas, formações continuadas dos profissionais e referenciais teóricos que sustentem a superação do modelo médico de deficiência.



REFERENCIAL TEÓRICO

Neste estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica para entender o processo de inclusão e o trabalho de planejamento colaborativo, visando a compreensão do tema eleito e suas variáveis. Para tanto o Modelo Social da Deficiência, formulado a partir de movimentos de pessoas com deficiência nos anos 1970 e 1980, constitui um marco teórico que desloca o foco da deficiência do individual, onde é considerado um problema do sujeito, para compreendê-la como resultado das barreiras impostas pela sociedade. Nesta perspectiva, “a inclusão é um sistema de crenças de âmbito escolar, no qual a diversidade é vista como um recurso rico para todo mundo, em vez de um problema a ser superado.” (VALLE; CONNOR, 2014, p.84). Diferentemente do modelo médico, que associa a deficiência à falta ou à incapacidade, o Modelo Social desloca para a sociedade a necessidade de transformação eliminando obstáculos garantindo a participação de todos. Assim, a inclusão passa a ser compreendida como um direito humano fundamental, e não como concessão.

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é marcada por avanços legais e por desafios práticos. Mantoan (2003, p. 35) destaca que a inclusão exige uma reconfiguração do conceito de escola: em vez de adaptar o aluno ao modelo escolar, é a escola que deve se transformar para atender a todos. Segundo a autora, “a reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico”. Nesse contexto, a inclusão de crianças com deficiência na educação Infantil vem exigindo práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade, sendo imprescindível a articulação entre o professor comum do grupo e o professor auxiliar.

Para tanto, o trabalho colaborativo entendido como estratégia pedagógica, facilitador dos processos inclusivos refere-se à atuação conjunta de dois ou mais professores no mesmo espaço educativo, planejando, executando e avaliando as práticas de forma integrada. Segundo Carneiro (2012, p.519), a colaboração rompe com o modelo individualista de docência e promove uma rede de apoio entre os profissionais, favorecendo a atenção às necessidades de todos os alunos. Para o autor deve existir um diálogo “pautado nos processos de ensino/aprendizagem, seja complementando/suplementando o trabalho pedagógico de sala de aula, seja auxiliando o professor regente a buscar alternativas para os impasses que se apresentam no



cotidiano escolar.” Nesta esteira, Valle e Connor (2014, p.185), defendem que a colaboração é condição essencial para que a inclusão seja efetiva, pois possibilita múltiplos olhares e estratégias pedagógicas mais criativas. Defendem um planejamento onde “os dois professores trabalham juntos e se complementam mutuamente, um continua onde o outro parou, adicionando informações extras e parecendo intuitivamente “afinados” um com o outro.” Em consonância, as autoras, Buss e Giacomazzo (2019, p. 656) “compreendem a inclusão como um processo mais além do ato do aluno estar dentro do espaço escolar”, trazendo o coensino como uma possibilidade entre o ensino comum e a educação especial. Desta forma, o ensino colaborativo ou coensino passa a ser concebido como estratégia inclusiva capaz de favorecer os processos pedagógicos na escolarização de estudantes com deficiência, oportunizando o sucesso do processo de inclusão nas escolas regulares (SANTOS; LOPES, 2023, p. 77)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada até o momento, a partir das bibliografias, referentes aos temas abordados, evidenciaram que, embora a legislação vigente e os avanços no campo da educação inclusiva representam conquistas significativas, ainda há fragilidades na efetivação

Observamos que os termos ensino colaborativo/coensino quando compreendidos como uma prática entre professor do ensino comum e o professor de educação especial pode possibilitar ampliação de recursos, humanos e pedagógicos, em prol da inclusão de estudantes com deficiência.

A análise bibliográfica, realizada até este momento, permitiu identificar alguns pontos centrais:

1. Avanços legais importantes: a Lei Brasileira de Inclusão representa conquistas significativas para o reconhecimento do direito à educação inclusiva. Contudo, a legislação sozinha não garante práticas efetivas.
2. A Portaria nº 28/2025 da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis estabeleceu a substituição dos Professores Auxiliares de Educação



Especial (PAEEs) por auxiliares de sala para apoio a alunos com deficiência e/ou autismo. Incitando reflexões e críticas no âmbito da educação comum e da especial, podendo ser considerada um retrocesso no processo de inclusão.

3. A presença de dois professores não assegura colaboração: pesquisas apontam que muitas vezes os docentes compartilham o mesmo espaço, mas não o planejamento pedagógico. Isso evidencia que a colaboração exige tempo, formação e apoio institucional. Afinal, “O coensino busca a parceria entre os profissionais, um completando o outro, unindo forças em busca de objetivos comuns para todos os alunos.” (BUSS; GIACOMAZZO, 2019, p. 671).
4. Uma mudança de paradigma: Mantoan lembra que a escola precisa se repensar, e não apenas incluir crianças em modelos já estabelecidos. A colaboração aparece como estratégia que tensiona as práticas excludentes e favorece a construção de uma escola democrática. A autora afirma que só existe qualidade no ensino quando “as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos.” (MONTAÑAN, 2003, p. 34)
5. A formação docente é insuficiente: apesar dos investimentos em cursos e capacitações, a formação continuada ainda não contempla de forma consistente as práticas colaborativas (CARNEIRO, 2012, p.520). Para Santos e Lopes (2020, p. 85) a formação docente deve existir “a fim de que parcerias colaborativas possam se estabelecer em benefício de todos os alunos matriculados nessa primeira etapa da educação básica.”
6. Existem barreiras atitudinais persistentes: muitas vezes, o entrave não está na ausência de recursos materiais, mas na resistência de parte dos profissionais em repensar suas práticas e compartilhar responsabilidades. Os autores estudados reafirmam a importância dos professores criarem uma cultura de sala inclusiva, pois “conhecer bem os alunos e ser competente em todas as áreas do conteúdo significa que os professores criam “condições a bordo” que garantem que os alunos sintam-se confortáveis e seguros por toda a sua jornada.” (VALLE; CONNOR, 2014, p. 95-96).

Dessa forma, os resultados encontrados até esta etapa do estudo, apontam que o trabalho colaborativo aparece como possibilidade potente, mas carece de condições estruturais, formativas e culturais para se consolidar. Elementos que nos impulsionam a



aprofundar esta pesquisa visando entender melhor como a proposta do ensino colaborativo/coensino pode, efetivamente, impulsionar os processos inclusivos no espaço da Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etapa do estudo realizado permitiu compreender que, apesar dos avanços legais e das iniciativas voltadas à formação docente, a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil ainda enfrenta desafios significativos. A pesquisa apontou que o trabalho colaborativo, embora reconhecido como estratégia fundamental, permanece pouco explorado e raramente efetivado no cotidiano escolar. Ficou evidente que as mudanças recentes promovidas pela portaria nº 28/2025 na Rede Municipal de Florianópolis, que alterou a exigência de formação do profissional de apoio, trazem preocupações com a qualificação dos atores envolvidos no processo. A exigência na formação do profissional de educação especial que vigorava até então, deixa de existir a partir desta Portaria que atribui ao auxiliar de sala a função de apoio às crianças com deficiências. Contudo, embora pareçam positivas, pois, pretensamente, a criança teria este profissional em tempo integral, considerando que o auxiliar de sala, não tem hora atividade para formação continuada, a falta de formação específica pode comprometer a implementação de práticas colaborativas efetivas entre professores e demais profissionais da educação infantil. Esse cenário gera questionamentos sobre a distância entre a legislação e a realidade vivenciada nas instituições escolares. Acreditamos que a efetividade da inclusão depende da consolidação de uma cultura escolar que valorize a corresponsabilidade entre professores e demais profissionais, rompendo com a fragmentação do trabalho pedagógico. Se antes apresentava exigência na formação do profissional de educação especial, esta Portaria trás o auxiliar de sala com a função de apoio às crianças com deficiências. Torna-se necessário refletir, contudo, nas mudanças normativas, embora pareçam positivas, pois a criança teria este profissional, em tempo integral, considerando que o auxiliar de sala, não tem hora atividade para formação continuada, as mudanças não têm sido suficientes para garantir a implementação de práticas colaborativas efetivas entre professores e demais profissionais da educação



As análises reforçam a necessidade de ampliar a formação continuada dos docentes, de forma a incluir o ensino colaborativo como eixo central, além de criar condições institucionais que favoreçam o planejamento conjunto e o compartilhamento de responsabilidades. Somente assim será possível superar as barreiras de acesso e participação ainda presentes e avançar na construção de ambientes verdadeiramente inclusivos.

Por fim, conclui-se que o fortalecimento do trabalho colaborativo pode representar um caminho promissor para efetivar a inclusão na educação infantil, garantindo não apenas a presença, mas também a plena participação e o desenvolvimento integral das crianças com deficiência.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: PR, 2015.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora, 1994. Disponível em: file:///C:/Users/cead/Downloads/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_C.pdf. Acesso 18/09/2025.

BUSS Beatriz, GIACOMAZZO, Graziela Fátima. *As Interações Pedagógicas na Perspectiva do Ensino Colaborativo (Coensino): Diálogos com o Segundo Professor de Turma em Santa Catarina*. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.25, n.4, p.609-626, Out.-Dez., 2019.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/kzFtgbFkKF5MKKYND8w4NZK/?format=pdf&lang=en> Acesso 17/09/2025.

CARNEIRO, Maria Silvia Cardoso. *Educação inclusiva e práticas pedagógicas*. Campinas: Autores Associados, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/cead/Downloads/clenio,+Art.+7190+-+513-529+-+10.pdf>. Acesso 15/09/2025.

SANTOS, Kelly Cristina. Zaneti dos, LOPES, Bethânia. Jacob. Stang. *ENSINO COLABORATIVO OU COENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO*. *Ensaio Pedagógico*, 2020 4(1), p.76-86. <https://doi.org/10.14244/enp.v4i1.207>.

SILVA, Inary, LOPES, Bethânia Jacob, QUADROS, Silva. *Práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular em colaboração com a educação especial*. *Revista Educação Especial*, 2024 37(1), e17/1-32. <https://doi.org/10.5902/1984686X74315>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

PORTARIA nº 28, de 20/01/2025, dispõe sobre a disponibilização do profissional de apoio e suas atribuições para atuação na rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Pesquisado em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educacao/index.php?cms=portarias+e+instrucoes+normativas>. Acesso em: 19/09/2025.

VALLE, Jan W.; CONNOR, David J. *Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas nas escolas*. Tradução de Fernando de Siqueira Rodrigues; revisão técnica: Enicéia Gonçalves Mendes, Maria Amélia Almeida – Porto Alegre: AMGH Editora Ltda. 2014.

